



Em MT, presidente do STF destaca essencialidade da advocacia à administração da justiça

Página - 5



Congresso aponta desafios dos direitos da criança e do adolescente e importância de tornar abrigados visíveis à sociedade

Páginas - 6 e 7



OAB-MT reúne faculdades para debater ensino jurídico em Rondonópolis

Página - 10

Câmara aprecia projeto que torna ilícito funcional violação às prerrogativas

Página - 3

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Gisela Alves Cardoso

Secretário-Geral

Flávio José Ferreira

Secretário-Geral Adjunto

Fernando Augusto Vieira de Figueiredo

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltró

Conselheiros Federais

Felipe Matheus de França Guerra
Joaquim Felipe Spadoni
Ulisses Rabaneda dos Santos
Ana Carolina Naves Dias Barchet
Dúilio Piatto Junior
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Ana Laura Pereira
Aleandra Francisca de Souza
Antonio Luiz Ferreira da Silva
Claudia Pereira Negrão
Claudio José de Assis Filho
Daniele Izaura da Silva Cavallari Rezende
Dauto Barbosa Castro Passare
Diego Gutierrez de Melo
Edmar de Jesus Rodrigues

Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabíola Cássia de Noronha Sampaio
Felipe de Oliveira Santos
Hélio Udson Oliveira Ramos
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishiyama
Henei Rodrigo Berti Casagrande
João Mário Silva Maldonado
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Kleiton Araújo de Carvalho
Leonardo André da Mata
Luis Felipe Oliveira de Oliveira
Marina Ignotti Faiad
Mauro Paulo Galera Mari
Pedro Martins Verão
Roberta Vieira Borges Felix
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Ronaldo Bezerra dos Santos
Samir Hammoud
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alino Sena Rodrigues
Arnaldo Rauen Delpizo
Bruna Ergang da Silva
Bruno de Castro Silveira
Christian Jacks Lino Gasparotto
Cibeli Simões dos Santos
Cristiano Alcides Basso
Daniele Yukie Fukui
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marçal
Fernanda Mamede Beck Roveri
Gabriela de Souza Correia

Gustavo Tostes Cardoso
Ivan Carlos Santore
Jaqueline Proença Larréa Mees
Jefferson Luis de Queiroz
José Luiz de Aguiar Bojikian
Kamila Michilo Teischmann
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Leonardo Giovane Nichele
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Correa
Mário Olímpio Medeiros Neto
Narana Souza Alves
Nelson Aparecido Manoel Junior
Pedro Antonio dos Santos
Reinaldo Américo Ortigara
Rhandell Bedin Louzada
Ricardo Ferreira de Andrade
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Zeferino Pereira
Juliana Ribeiro Salvador
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Tatiane de Barros Ramalho
Wanessa Correia Franchini Vieira

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
Mário Olímpio Medeiros Neto
Helio Udson Ramos de Oliveira
Marina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Flávio José Ferreira

Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Julierme Romero
José Luis de Aguiar Bojikian
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Membros: José Sebastião de Campos Sobrinho
Daniele Yukie Fukui Rebouças
Roberta Vieira Borges
Ricardo Ferreira de Andrade
Luis Carlos de Oliveira Assumpção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT)**Presidente**

Italo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretária-Geral

Clarissa Lopes Dias

Secretário-Geral Adjunto

Fabrício Renan Pasto Pavan

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

DIRETORIA DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-Presidente

SILVANO MACEDO GALVÃO

Secretário-Geral

CHRISTIANO ALEXANDRE GONÇALVES DE SOUZA

Membros Relatores**1ª TURMA****Presidente**

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

Membro

DIÉGO MONTEIRO DE ARRUDA FORTES

Membro

ESTELA MARIS PIVETTA

Membro

RAQUEL BRAZ MARUO MACHADO

Membro

MAURÍCIO SALES FERREIRA DE MORAES

2ª TURMA**Presidente**

ROBERTO ANTUNES BARROS

Membro

BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO

Membro

LETICIA PEREIRA

Membro

ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA

Membro

LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA**Presidente**

PEDRO MARCELO DE SIMONE

Membro

SEILA MARIA ALVARES DA SILVA

Membro

HUDSON ROQUE BOBATO SCHMIT

Membro

FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM

Membro

ALENCAR FELIX DA SILVA

4ª TURMA**Presidente**

JOÃO MANOEL JUNIOR

Membro

JOSÉ RAVANELLO

Membro

LUCIANE BORDIGNON SILVA

Membro

LUIZ ANTONIO GIROLDO FILHO

5ª TURMA**Presidente**

GILDO CAPELETO

Membro

ANA MARCIA SOARES MODESTO

Membro

VLAMIR MARCOS GRESPLAN JUNIOR

Membro

ELDER KENNEDY DE ALMEIDA SANTOS

Membro

PAULO HENRIQUE GAIVA MUZZI

6ª TURMA**Presidente**

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

Membro

VINÍCIUS MANOEL

Membro

VANESSA PINHO SILVA

Membro

MAYARA TONETT GALIASSI SCHEID WEIRICH

Membro

ADRIANO COUTINHO DE AQUINO

7ª TURMA**Presidente**

HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Membro

LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO

Membro

JULIANO HIGINO DA SILVA JUNIOR

Membro

VANESSA PIVATTO

Membro

ANDERSON ADIEL POSTAL

8ª TURMA**Presidente**

EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI

Membro

JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA

Membro

JOSINEIA SANABRIA ORTIZ PRADO

Membro

LAURA GABRIELA BALBINOT DOS ANJOS

Membro

EVANDRO SILVA FERREIRA

9ª TURMA**Presidente**

ESTEVÃO PINHEIRO JOTA

Membro

RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS

Membro

LETICIA SILVA DE LIMA

Membro

MARIA TERESA MARANHA PASTANA

Membro

RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA

10ª TURMA**Presidente**

LUIZ CARLOS MOREIRA DE NEGREIRO

Membro

MARCELO AUGUSTO BORGES

Membro

CAROLINA ATALA CASTILHO

Membro

RAPHAEL NAVES DIAS

Membro

EVANDRO SILVA SALVADOR

11ª TURMA**Presidente**

HUMBERTO AFFONSO DEL NERY

Membro

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Membro

TENILLE PEREIRA FONTES

Membro

GABRIEL AUGUSTO CAMILO ANCHIETA

Membro

JOÃO PAULO HADDAD FRANCO DÁLIA

DIRETORIA DO TDP**Presidente**

Andre Stumpf Jacob Goncalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Gilberto Maltz Scheir

Secretário-geral Adjunto

Alex Martins Salvatierra

Jornalistas:
Natacha Wogel - DRT/MT 794
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243
ZF Press e Ulisses Lallo/TJMT

Fotografias:
ZF Press, Nemias Coelho/ Câmara Municipal de Cuiabá, Ulisses Lallo/ TJMT, Tony Ribeiro/ Pau e Prosa Comunicação e Alessandro Cassemiro/TJMT e João Vieira

Diagramação e Editoração:
Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

PEC 108: uma tentativa de calar a advocacia, uma tentativa de calar a sociedade

POR LEONARDO CAMPOS*

Pense em alguma conquista da sociedade brasileira nos últimos 90 anos. Anistia, Diretas Já, convocação da constituinte, impeachment de dois ex-presidentes, aprovação da Lei da Ficha Limpa, todos estes fatos guardam algo em comum: tiveram como protagonista, em nome da população, a Ordem dos Advogados do Brasil. Mais do que uma entidade de classe, a Ordem se tornou, ano após ano, luta após luta, caixa de ressonância dos anseios de toda a coletividade, por sua postura combativa, sempre em defesa do Estado Democrático de Direito.

Este simples histórico, esta mera constatação do papel da OAB na nossa história contemporânea, deveria ser mais do que suficiente para que qualquer sugestão que implique no fim da entidade, como a Proposta de Emenda à Constituição 108 pretende, seja de pronto rechaçada não só pelos advogados, valorosos quadros da Ordem, mas por toda a população.

Mas não é apenas por este papel, pelos relevantes serviços prestados ao país, que a PEC não pode prosperar. A OAB tem a importante missão de asse-



gurar e fiscalizar o exercício profissional, garantindo a todo e qualquer cidadão, o melhor serviço, na defesa de seus interesses. Do mesmo modo, a entidade trabalha pelos advogados, os protegendo, de forma a impedir que a crise econômica que assola o Brasil atinja tam-

bém estes profissionais.

Outro importante aspecto da atuação da Ordem é a busca, cada vez mais, da excelência na prestação de serviços à sociedade, por meio de seu exame. É absolutamente falacioso qualquer argumento no sentido de se dizer que a

instituição, com esta obrigação, cria uma reserva de mercado, simplesmente porque não há limite para o número de bacharéis aprovados.

Notem que para implodir com uma entidade que atua como um agente de proteção ao cidadão, individual ou coletivamente, frente à força desproporcional do Estado ou de grupos detentores do poder, é necessária a aprovação de uma PEC. Isso porque a OAB está, legitimamente, inserida na Constituição Federal, a nossa constituição cidadã, cujos direitos individuais precisam ainda ser garantidos, 30 anos após a sua promulgação.

Por isso, somos totalmente contrários a qualquer tentativa de desmonte, a qualquer manobra que vise calar a OAB, que vise calar a advocacia, e temos a confiança que o Congresso Nacional, deputados e senadores, representantes eleitos pelo povo, rejeitará esta tentativa de enfraquecimento da sociedade como um todo. Enfrentamos a ditadura, lutamos por democracia, buscamos incessantemente que nossas vozes fossem ouvidas e seguiremos assim, porque jamais calarão a advocacia brasileira.

Calar a advocacia é calar o cidadão.

*LEONARDO CAMPOS É PRESIDENTE DA OAB-MT

Câmara aprecia projeto que torna ilícito funcional violação às prerrogativas

A violação das prerrogativas da advocacia pode se tornar ilícito funcional em Cuiabá. O anteprojeto proposto pelo vereador Renivaldo Nascimento, que altera o Estatuto do Servidor, retornou do Executivo Municipal em forma de projeto de lei que deverá ser apreciado pela Câmara de Cuiabá em agosto.

A proposta acrescenta ao artigo 132 da Lei Complementar 93 de 23 de junho de 2003, que trata dos itens proibidos aos servidores públicos, o inciso XXII: "violar as prerrogativas e direitos do advogado no exercício de sua função".

Ainda, conforme o projeto, deverá ser aplicada advertência por escrito ao servidor que não cumprir o mencionado dispositivo.

"A criminalização da violação das prerrogativas profissionais é uma das principais lutas da OAB em todo o Brasil e já foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Com essa proposta, Cuiabá

demonstra sintonia com os interesses da sociedade e do estado democrático de

direito na proteção dos direitos de todos os cidadãos", destacou o presidente da

OAB-MT, Leonardo Campos.

O anteprojeto apresentado por Renivaldo Nascimento atende ao pedido da OAB-MT que, recebeu com satisfação, a iniciativa do Executivo Municipal de acolher a proposta ao encaminhar a Mensagem ao Legislativo.

"A proposta, portanto, visa a proteção da atuação do advogado no estrito exercício do direito de defesa, constitucionalmente assegurado. Frisamos que no momento em que se nega ao advogado o acesso aos autos, por exemplo, não se atinge apenas o profissional de forma individual, mas sim o próprio mandamento da Constituição Federal", explica trecho da justificativa do projeto.

No mesmo sentido, tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) projeto que torna ilícito funcional a violação das prerrogativas da advocacia, especialmente no que se refere ao acesso aos autos.



OAB-MT solicita melhoria na estrutura de julgamentos nas Turmas Recursais

Responsável pelo julgamento de todos os recursos de processos que tramitam nos Juizados Especiais em Mato Grosso, a Turma Recursal Única necessita de melhorias em sua estrutura física para atender à demanda das partes e profissionais da advocacia durante as sessões de julgamento. Este foi o pleito da OAB-MT ao Poder Judiciário.

Diante do crescente número de processos, foram instituídas duas Turmas Recursais temporárias. Assim, com três turmas, ficou impossibilitado o julgamento no plenário do anexo administrativo, de forma que as sessões vêm sendo realizadas em salas temporárias carentes de espaço suficiente para abrigar mais de um advogado ou advogada ao mesmo tempo.

Assim, fica inviabilizada a publicidade dos julgamentos, uma vez que o espaço não comporta a presença de interessados na sessão. Ainda, a sala de espera não possui estrutura suficiente para acomodar

as partes e os profissionais da advocacia.

Vale enfatizar que, neste ano de 2019, as sessões de julgamento das Turmas Recursais foram transferidas para o período vespertino e não há aparelhos de ar-condicionado nos locais onde as pessoas precisam aguardar.

Após acolher os relatos da advocacia, a OAB-MT, por meio da Comissão dos Juizados Especiais (Cojesp), solicitou ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que as sessões de julgamento sejam realizadas no plenário principal da Turma Recursal, de modo a sanar as principais dificuldades relatadas pelos advogados e advogadas.

Além do pedido de adequação, a OAB-MT também solicitou, visando dar maior publicidade e visibilidade às sessões de julgamento dos recursos de processos oriundos de Juizados Especiais de todas as comarcas de Mato Grosso, a transmissão ao vivo, pela internet, desses julgamentos.



Ordem requer transmissão online de sessões

Exemplo do que já é praticado no âmbito do TJMT e, levando em consideração que todos os recursos que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis, Criminal e da Fazenda Pública ocorrem na Capital, a OAB-MT solicitou que as sessões de julgamento da Turma Recursal sejam transmitidas, ao vivo, pela internet, no canal do Youtube do Poder Judiciário.

Com a estrutura já existente do Poder Judiciário para as transmissões online, a medida assegura maior visibilidade aos julgamentos da Turma Recursal e permite aos advogados e advogadas de todas as comarcas acompanharem as sessões sem a necessidade de deslocamento de mais de 1000 quilômetros em alguns casos.

A proposta é resultado da reunião ampliada realizada na OAB-MT com os profissionais da advocacia das comissões de Direito Civil e Processo Civil, Defesa do Consumidor e Juizados Especiais (Cojesp) que militam no âmbito dos Juizados Especiais.

TJMT libera novas vagas em estacionamento para advogados, defensores e membros do MP

Desde o dia 29 de julho, o estacionamento principal do TJMT (Estacionamento G), localizado em frente ao edifício-sede, tem novas vagas liberadas para a advocacia, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e visitantes. A medida foi determinada pelo presidente do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, e visa facilitar o acesso às dependências da instituição.

Ao todo, estão disponíveis mais de 100 vagas aos advogados e advogadas, defensores públicos, membros do Ministério Público, assessores, coordenadores e público em geral. “Essas vagas do Estacionamento G (entrada

principal do TJMT) foram liberadas por conta do término das obras do Anexo que abriga a Coordenadoria de Tecnologia de Informação (CTI). Ali foram liberadas vagas para os trabalhadores aqui do TJMT. A pedido do presidente, nós readequamos as vagas do estacionamento G e aumentamos o número para os operadores do Direito”, explicou o coordenador de Infraestrutura do TJMT, Roberto Cyriaco.

Das 10 vagas que eram disponibilizadas para a advocacia, desde a reabertura passaram a ser 33. A medida se dá por conta do grande trânsito de advogados, defensores e promotores na sede do Poder Judiciário mato-grossense.

“Nós já inauguramos o prédio da TI, então, realocamos essas vagas para nosso público externo. Os advogados que precisam ter acesso rápido à nossa sede e poderão contar com essas vagas para trabalhar de forma mais acessível, célere e eficiente”, ponderou o presidente do Poder Judiciário estadual.

São 33 vagas para advogados, 33 vagas para o público interno, cinco vagas para Promotora, cinco vagas para a Procuradoria-Geral do Estado, 15 vagas para visitantes e o restante das vagas será destinado a gestantes, idosos e pessoas com deficiência. Todas as vagas estarão devidamente sinalizadas para facilitar a identificação.



Em Mato Grosso, presidente do STF destaca essencialidade da advocacia à administração da Justiça

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli recebeu, no dia 18 de julho, a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador José de Mesquita. Trata-se da mais alta condecoração concedida pelo Poder Judiciário de Mato Grosso.

Na sessão solene do Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para a homenagem, com a participação do presidente da OAB-MT, Leonardo Cam-

pos, o ministro destacou a importância da participação da advocacia como essencial à administração da justiça na busca pela pacificação social e a boa relação entre as instituições e a harmonia entre os poderes.

À frente do Poder Judiciário brasileiro, Dias Toffoli destacou que os eixos estabelecidos para a sua gestão são de um Judiciário cada vez mais transparente, mais eficiente e mais responsável com o jurisdicionado.

O ministro esclareceu que veio a Cuiabá para ouvir as necessidades e especificidades locais do TJMT, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) e da Seção de Mato Grosso da Justiça Federal para o aprimoramento dos eixos de sua gestão.

De acordo com o presidente do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, entre as principais demandas estão o Processo Judicial Eletrônico

(PJe), o sistema carcerário, o orçamento do Poder, entre outros.

Os assuntos configuram também entre as principais pautas debatidas pela OAB-MT junto ao Judiciário.

Mato Grosso foi escolhido pelo presidente do STF para sediar este primeiro encontro dos tribunais de Justiça e, conforme o desembargador, a decisão engrandece não apenas do Judiciário, mas a população mato-grossense.

Órgãos administrativos não podem ter acesso, sem autorização, a informações fiscais do cidadão

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos destacou como necessária a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que reafirmou a necessidade de autorização judicial para o compartilhamento de dados fiscais para investigações.

“Foi uma medida necessária para trazer segurança jurídica, uma vez que órgãos administrativos não podem ter acesso, sem autorização judicial, a informações fiscais de contribuintes. Isso configuraria quebra de sigilo”, explicou Leonardo Campos.

O líder da advocacia se encontrou com o ministro no dia 18 de julho, em sessão solene realizada no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Na ocasião, Dias Toffoli explicou que a sua decisão não impede investigações, apenas as submete ao controle do Judiciário.

“Se não é feito desta forma, se o detalhamento é feito sem a participação do Judiciário, qualquer cidadão brasileiro está sujeito a um vasculhamento da sua intimidade. Isso é uma defesa do cidadão”, destacou o presidente do STF.

O magistrado lembrou que foi o

relator do caso julgado no plenário do Supremo, em 2016, quando votou pela constitucionalidade do compartilhamento de informações na forma da Lei Complementar 105, ou seja, de informações globais.

Já as informações detalhadas, segundo o ministro, carecem de uma autorização do Poder Judiciário. De acordo com ele, se o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificar uma movimentação suspeita, deve comunicar ao Ministério Público que, por sua vez, requer autorização judicial

para a quebra do sigilo.

Dessa forma, o presidente da OAB-MT reforçou que o controle judicial é indispensável para impedir violações desnecessárias ou abusivas que possam ferir direitos tão caros aos cidadãos brasileiros.

A proteção ao sigilo, na forma da lei, é um pleito antigo e permanente da Ordem, conforme Leonardo Campos. A OAB-MT, inclusive, é autora de notícias-crime sobre possível quebra indevida de sigilo fiscal e telefônico de mato-grossenses em apuração no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

Congresso debate avanços necessários e medidas contra retrocesso na defesa dos direitos da criança e do adolescente

Medidas necessárias à garantia de proteção e de convivência familiar marcaram os debates do III Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente das Seccionais da OAB, em Cuiabá, entre os dias 18 e 19 de julho. Desde a abertura da solenidade, com representantes das diversas entidades que compõem a rede de proteção da infância e juventude, até a primeira mesa de discussão, foram apontadas mudanças que precisam ser adotadas para promover avanços e frear retrocessos na questão da infância e juventude no Brasil.

A anfitriã do evento, a presidente da Comissão da Infância e Juventude da OAB-MT, Tatiane de Barros Ramalho, expressou a gratidão pela realização do evento na Capital, o que ocorreu por definição de um grupo dos presidentes de comissões da Infância e Juventude de todo o país, no evento representados pelas seccionais de Amazonas, Pará, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Mato Grosso do Sul. Também agradeceu aos demais parceiros pela realização do evento. “Que a nossa voz não se cale”, pediu aos integrantes do Congresso, em nome da defesa dos direitos de crianças e adolescentes no país.

Presidente da OAB-MT, Leonardo



Campos lembrou o quão caro e sensível é o tema tratado no congresso para todo o país e a importância de promover uma discussão envolvendo todas as seccionais no debate.

“Este congresso não é da OAB-MT, é de todas as seccionais, de todas as comissões da infância e juventude do Brasil. Vivemos um momento de muita divisão, entre nós e eles. Precisamos, no entanto, de mais encontro e menos confronto, ultrapassar e virar a página dos interesses políticos e partidários e pensarmos nos interesses da nação brasileira. Implementando as reformas necessárias, pautando o Brasil para uma pauta econômica que traga efetivamente a geração de emprego e renda, a partir dela, temos o desenvolvimento inclusive do seio familiar”, asseverou o presidente.

O juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de Cuiabá, Túlio Dualibi Alves Souza, destacou a necessidade de o Poder Judiciário participar ativamente do encontro. “Quero parabenizar a OAB por sediar um evento tão



importante, de tamanha magnitude. É um orgulho o Poder Judiciário estar aqui para dialogar sobre a defesa dos interesses e dos direitos da criança e do adolescente. Que daqui possam sair ideias e ações concretas para melhorar ainda mais a vida da sociedade, que só será melhor se a vida de nossas crianças e adolescentes melhorarem”.

Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lindacir da Rocha Bernardon deixou uma mensagem de perseverança na causa. “Esse é marco histórico para Mato Grosso. As dores que cercam a violência da criança e do adolescente refletem em toda a nossa sociedade. Se não fizermos nada para mudarmos isso, seremos os grandes sofredores de hoje e do futuro. Ainda há tempo”.

Representando o governador do Estado, Mauro Mendes, o secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, comentou sobre a missão rotineira das for-

ças policiais com o tema do congresso. “Nada melhor do que os profissionais que estão aqui, que participam dessa rede em seu cotidiano, possam discutir com os técnicos. Porque só discutindo temas é que a gente vai começar a melhorar, a chegar num denominador comum, e não

deixar no esquecimento por todos assunto tão importante, que aflige a todos, porque somos, hoje, pais e, um dia, fomos criança”.

O vice-presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB, Anderson Rodrigues Ferreira, reforçou a importância de unir forças em todo o país pela causa da infância e juventude. “É uma honra estar aqui. Esse evento surgiu de contornos de uma reunião de oito presidentes de comissões, com um pequeno sonho, de trabalhar em rede, de fazer o Sistema OAB. Todo advogado e advogada jura à defesa dos direitos humanos. Vivemos tempos bem difíceis, em que a Conferência Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente está ameaçada de acontecer, as conferências estaduais também. Temos que estar sempre vigilantes. E, também, nunca a Ordem dos Advogados foi tão atacada, mas também nunca estivemos tão unidos e fortes e temos que permanecer desta forma”.

Evento aborda temas regionais e alerta sobre necessidade da promoção dos direitos de menores

Embora preenchido de temáticas que afligem a infância e a adolescência de todo o país, o III Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente das Seccionais da OAB tratou de situações regionais vividas por menores em situação de risco. Duas das nove mesas do evento foram destinadas à questão indígena e à dos refugiados que se avolumam pela capital mato-grossense.

A presidente da Comissão de Infância e Juventude da OAB-MT, Tatiane de Barros Ramalho, destacou a participação de um índio bororo que é mestrando em Educação indígena, Fléix Adugoenau, como contribuição essencial para saber como se encontra a proteção da criança e do jovem indígena atualmente em Mato Grosso.

“Foram temas muito atuais, recentes e relevantes para toda a sociedade. Vimos

aspectos culturais indígenas esclarecidos pelo índio bororo Félix, sobretudo sobre a mudança de comportamento nas tribos a respeito da proteção das crianças e dos adolescentes e sobre a punição daqueles que cometem algo contra. Ficou claro que os menores são pessoas de direito, a criança tem o direito e a garantia de proteção sim nas tribos de Mato Grosso. Isso é um avanço pra gente”, ponderou a advogada.

O tema da criança refugiada também vem preocupando a sociedade mato-grossense, em especial na Capital, tendo em vista a exposição de menores pelas famílias nos sinais de trânsito, nos cruzamentos, para pedir ajuda. O assunto foi debatido na oitava mesa: “Crianças Refugiadas”, com a participação do presidente da Comissão de Cultura e Responsabilidade Social da OAB-MT, José Rodrigues Rocha Júnior.

O evento encerrou com o debate sobre as atribuições e as responsabilidades dos Conselhos Tutelares. A palestrante, conselheira federal da OAB e presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB, Glícia Thais Salmeron, salientou a importância da transversalidade dos temas para a rede de enfrentamento e proteção.

“É importante que vocês saiam daqui provocados por todos que falaram. O importante são a reflexão e a volta para casa de vocês inquietos no sentido de que precisamos aprender cada vez mais uns com os outros. A infância roubada acontece cotidianamente, nas nossas casas, muitas vezes. Porque, embora a gente tenha um novo conceito de criança e adolescente, ainda não incorporamos, nas nossas vidas, a criança e o adolescente como sujeitos de direito”, alertou a advogada.

Falar de violação é, como reforçou Glícia Salmeron, mais fácil do que falar de

proteção. “A gente pensa a violação antes de pensar a prevenção, a proteção e a promoção do direito e as causas que poderiam ser evitadas para que não tivéssemos violações. É preciso fazer essa reflexão”, reforçou dizendo que ações afirmativas são necessárias para garantir direitos a menores de todas as classes sociais.

Por fim, a presidente da CIJ agradeceu a participação de representantes de demais outros 13 estados brasileiros no evento e a presença das autoridades do país nas temáticas abordadas.

“Veja a grandiosidade desse congresso, conseguimos reunir 13 estados em Cuiabá, sediado um evento de extrema importância, onde estavam as maiores autoridades no assunto da área da infância e juventude. Fico muito grata de a OAB-MT ter esse olhar diferenciado, fraterno, tem dado à Comissão de Infância e Juventude mecanismos para trabalharmos em prol da criança e do adolescente. É preciso abraçar essa causa no país. Sentir a dor do menor e fazer algo para mudar essa realidade”.

Menores em abrigos precisam ser vistos pela sociedade, asseveraram palestrantes

Dar visibilidade a 48 mil crianças e adolescentes abrigados em todo o país para que tenham a chance do convívio familiar de forma mais célere e respeitando o que determina a Constituição Federal foi pauta no III Congresso Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente das Seccionais da OAB, realizado pela OAB-MT em Cuiabá, nos dias 18 e 19 de julho. Fundadora do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), a advogada e desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, aplaudiu a iniciativa de Mato Grosso ao realizar o projeto “Adoção na Passarela” no mês de maio.

“O IBDFAM, atento à realidade, criou o programa ‘Crianças Invisíveis’ para se buscar dar visibilidade. Eu quero aqui, de público, em nome pessoal e do IBDFAM,

cumprimentar a iniciativa fantástica da Ordem, da Comissão de Infância e Adolescência, que fez um desfile. Fez bem e eu espero que continue fazendo. Essas crianças têm que ser vistas, a sociedade tem que saber que elas são nossos filhos, que alguém tem que adotar, mas não dentro desse sistema, porque a adoção está mal dentro do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)”, parabenizou Maria Berenice Dias.

Conforme discorreu a advogada, o ECA prioriza o vínculo da família biológica. “Em 30 anos, muita coisa mudou. A própria Constituição ampliou o conceito de família, permitiu a família não exclusivamente originária de um casamento, mas também da união estável, pela convivência. Diante desta abertura, óbvio que se fez necessária uma releitura do conceito de família”.

A preocupação sobre como vivem os menores nos abrigos por todo o país, assim como a demora nas decisões para que tenham a chance de serem adotadas também foram criticadas pela especialista. “São espaços em que ninguém entra, espaços onde as crianças são depositadas. E lá ficam, ficam até que perdem qualquer chance de ter uma família. E essa convivência familiar é assegurada a elas lá na Constituição Federal. Esta realidade precisa mudar. O foco tem que ser, não os pais, mas o bem-estar dessas crianças. Onde é que elas ficam quando a família não tem condições de ficar com ela, ou não quer, ou massacram, ou abusam? Os abrigos não são espaços para elas”, sentenciou Maria Berenice Dias.

Outro dado apresentado pela advogada é com relação às chamadas famílias extensas, aquelas que são procuradas pela Justiça antes que as crianças possam estar



disponíveis à adoção. “Família extensa não existe, teriam que ser parentes com que as crianças tenham um vínculo de afetividade, de convivência. Se esses parentes tivessem vínculo com as crianças, elas não teriam que ser institucionalizadas. Passam a buscar família, parentes que nem sabem que a criança existe, e ficam por pena. Mas 80% da devolução de crianças são dessas famílias extensas e mais uma vez a criança se sujeita a uma rejeição”.

Juiz na Vara da Infância e Juventude de Sidrolândia (MS), Fernando Moreira Freitas também referendou a iniciativa da OAB-MT e da Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara) do desfile, depois de demonstrar o cenário de crianças adotadas e abrigadas no país: mais de 48 mil crianças dentro de abrigos, com apenas 5 mil prontas para adoção. A conta termina com 43 mil menores que necessitam de uma atenção maior do Poder Judiciário, conforme apontou o magistrado.

“Por que elas estão dentro do acolhimento? Por que não voltaram para família de origem? Ou por que que já não foram para adoção? Esse número que temos que pensar e mudar as nossas atitudes”, destacou Fernando Freitas, enumerando problemas de falta de estrutura do Judiciário para que os processos tenham celeridade e a falta de iniciativas fora da Justiça para que as crianças saiam do anonimato.

As falhas do Cadastro Nacional da

Adoção (CNA) foi outro ponto tratado pelo juiz: sem atualização, sem acesso dos pretendentes e aproximação de idade. “Além disso, não tem foto, não tem vídeo das crianças. Como posso mostrar para quem vai adotar? Como dou visibilidade se o próprio cadastro não dá?”, apontou.

O magistrado atualizou os participantes do congresso sobre uma portaria de julho do Conselho Nacional de Justiça que acaba com o CNA e institui o SNA – Sistema Nacional de Adoção. “É uma mistura de cadastro nacional de adoção com o cadastro nacional das crianças acolhidas. Isso será unido num único cadastro e ele vai puxar por aproximação por idade e jogar para juiz um alerta vermelho de que aquele prazo processual está extrapolado, para que o juiz faça alguma coisa”, explicou Fernando Freitas.

Por fim, o magistrado demonstrou as iniciativas realizadas em diversos estados brasileiros para a busca ativa de famílias pretendentes, dentre elas a do desfile. “Mato Grosso apanhou de todos os lugares e eu pensava, preciso escrever algo sobre isso. E escrevi um texto: desfile de crianças e adolescente, busca ativa e direito à felicidade. O ECA só veta em um momento, para a criança que pratica ato infracional, para não marcar a vida dela para o resto da vida. O que umas crianças desfilando numa passarela tem de proibido ou contrário ao Estatuto? O que foi feito em Mato Grosso foi para dar visibilidade às nossas crianças”, assinalou.



Eventos discutem situação atual e perspectivas de mulheres negras

Primeira capital da capitania de Mato Grosso e berço da resistência cultural, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade recebeu, no dia 24 de julho, dois eventos voltados à promoção da igualdade racial e de gênero: o 2º Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas de Mato Grosso e o 1º Seminário Empoderando Terezas. Os encontros ocorreram

em alusão à comemoração do Dia Nacional de Tereza de Benguela, comemorado em 25 de julho, data em que foram encerrados os eventos.

O encontro teve como apoiadores a OAB-MT, por meio da Comissão de Defesa da Igualdade Racial, a prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade, Conaq, Fase Mato Grosso, Fórum Mulheres Negras de Mato

Grosso e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial.

A ideia central foi ir além da valorização da dança e do folclore e criar um processo de formação para dar visibilidade a resistência feminina. Além disso, contou com formação em empreendedorismo, valorização da cultura afro, Literatura afro, e evento cultural com performances e bandas que valorizam

as mulheres e a herança africana.

Na abertura, a organização preparou uma mesa de debates com o tema “Mulheres elas são o que quiserem ser! Pretas no poder”, que contou com a participação da advogada Naryanne Ramos, da professora Silvine Ramos, da bacharel em Direito Laura Silva, da professora Francileia Paula Castro e da performer e escritora Luna Vitrolira.

Pleno aprova novo regimento interno das comissões temáticas

Já está em vigor o novo Regimento Interno das Comissões Temáticas da OAB-MT. Dentre as principais mudanças está a criação a Coordenadoria-Geral das Comissões.

Vinculada à diretoria, a coordenação é composta pela coordenadora-geral Gisela Cardoso, o secretário-geral Helmut Flávio Preza Daltro e o secretário-geral adjunto Fernando Figueiredo e tem como atribuições dirimir qualquer lacuna sobre

o regimento, mediar e decidir conflitos de atribuições entre comissões e promover sua integração, entre outras.

Atualmente a OAB-MT conta com mais de 1 mil profissionais atuando em suas 55 comissões temáticas. O novo regimento trata, de forma mais detalhada, a forma de atuação e ingresso dos membros.

Também ficou regulamentada a possibilidade de participação de membros

convidados, podendo ser profissionais de qualquer área de atuação, nas comissões temáticas, mediante aprovação de seu nome por uma das turmas do conselho seccional.

Especificamente na Comissão da Jovem Advocacia (Cojad), os profissionais com mais de cinco anos de inscrição também ficarão restritos à qualidade de convidados.

Para participar de qualquer uma das

comissões temáticas, a advogada ou advogado interessado deverá comprovar regularidade perante a tesouraria da OAB-MT e não possuir condenação transitada em julgado pelo Tribunal de Ética e Disciplina (TED) nos últimos três anos, salvo se comprovar a respectiva reabilitação.

As comissões devem se reunir mensalmente e seus membros não podem ter três faltas consecutivas ou cinco intercaladas injustificadas, sob pena de exclusão.



Ordem e Amam reeditam cooperação que traz mais celeridade e eficiência a usuários da Justiça

Durante a sessão extraordinária do conselho pleno da OAB-MT foi reeditado o termo de cooperação interinstitucional entre a entidade e a Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam) para a defesa de prerrogativas profissionais.

O termo foi instituído, de forma pioneira, pelas entidades, em 2016. E, no dia 25 de julho, foi reeditado pelas atuais gestões das instituições com a participação e apoio do corregedor-geral da Justiça de Mato Grosso, desembargador Luiz Ferreira.

O comitê interinstitucional é composto por seis membros, sendo três magistrados indicados pela Amam e três profissionais indicados pela OAB-MT.

“Hoje, o grande mote é a conciliação. Há um movimento muito grande para não judicializar. Se uma rusga entre advogado e magistrado tiver que ser resolvida pela Corregedoria, o curso é muito maior. O custo físico, processual e financeiro. E, com este termo, tudo isso vai ser evitado”, destacou o corregedor.

De acordo com o presidente da Amam, o juiz Tiago Abreu, a principal finalidade do termo de cooperação é dar a celeridade que o jurisdicionado – o cidadão que utiliza os serviços da Justiça – espera na resolução de conflitos.

“Isso é institucionalizar o diálogo. Essa é a via que acredito que é a mais eficiente porque, quando a gente dialoga e chega num senso comum, se pressupõe que ambas as partes irão cumprir”, complementou.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos ressaltou a importância

da reedição do termo de cooperação, especialmente para o cidadão comum, que ganha em eficiência e celeridade na distribuição de justiça.

“Somos uma gestão que constrói pontes e não edifica muros. Esta é uma parceria que tem dado certo e todos devemos caminhar no mesmo sentido. Quando evitamos o atrito, por meio do diálogo, impedimos que processos fiquem paralisados e que se pare qualquer dúvida sobre eles. Sem dúvida, o maior beneficiado é o cidadão”, finalizou.

Entidades assinam termo de cooperação para construção da Apac

Com a pedra fundamental lançada em dezembro do ano passado, a Associação de Assistência e Proteção aos Condenados (Apac) contará com a parceria da OAB-MT, da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) e do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) em um projeto que pode mudar a história do sistema carcerário mato-grossense. O termo de cooperação entre as entidades deve ser assinado em agosto.

A Apac nasceu em 1972, em São José dos Campos (SP), e sua implanta-

ção em Minas Gerais é considerada um exemplo de sucesso internacional. Para sua criação em Cuiabá, a associação contou com a doação de um terreno, pelo Estado, de 5 mil metros quadrados, e um aporte financeiro de R\$ 500 mil.

Após o lançamento da pedra fundamental, o secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira, que representa a entidade no Conselho da Comunidade, procurou a Unemat para a elaboração dos projetos técnicos da unidade. No dia 25 de julho, a proposta foi apresentada ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário de Mato Grosso (GMF), no TJMT.

A unidade deve abrigar 200 recuperandos e o projeto técnico a ser desenvolvido pela Unemat poderá ser aproveitado em pelo menos outros 20 municípios. Além disso, o reitor Rodrigo Bruno Zanin explicou que a proposta vai muito além dos projetos de engenharia e arquitetura. Os trabalhos realizados pelas pró-reitorias de Extensão e Planejamento devem envolver também a Clínica de Direitos Humanos e o acompanhamento da Apac desde os projetos até depois de sua efetivação.

“Um reeducando da Apac custa um terço do que um preso comum custa para os cofres públicos”, destacou Flávio Ferreira.

De acordo com ele, a Apac de Cuiabá será um projeto piloto e a participação da Unemat se dá para a construção de um modelo de sistema que será levado para todo o Estado.

“Na verdade, queremos fazer um grande convênio, uma grande aliança com a Unemat no sentido de nos auxiliar na recuperação dos nossos reeducandos, a começar pela construção da Apac. A Universidade tem know how suficiente para nos doar o projeto da primeira unidade de Mato Grosso, mas além disso, queremos firmar outras parcerias”, explicou o supervisor do GMF, desembargador Orlando Perri.



Comissão articula iniciativa para pavimentar ruas de Rosário com trabalho de recuperandos

Pelo propósito de garantir ocupação laboral à população apenas do município de Rosário Oeste, a Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT procurou parceiros para implantar uma fábrica de artefatos de cimento voltados à pavimentação das ruas da cidade. A primeira reunião aconteceu com o prefeito de Rosário, João Antônio da Silva Balbino, e seu secretariado, no dia 25 de julho. O Tribunal de Justiça também deve aderir à iniciativa.

“Expusemos a relevância desse projeto, destacando seu efeito ganhador. Ganha o município, que poderá ter suas ruas pavimentadas, melhorando acenadamente a qualidade de vida dos munícipes, com custo muito menor para os cofres públicos; ganham o Estado e o meio social porque, inegavelmente, a oportunidade de trabalho digno aos reeducandos reduz os índices de reingresso e reincidência, diminuindo também a criminalidade”, argumentou o presidente da Comissão da OAB-MT, Waldir Caldas.

No mesmo dia, o advogado reuniu-se com o membro do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Perri, que é supervisor do Grupo de Monitoramen-

to e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), para tratar da iniciativa. Da mesma forma, procedeu com o juiz da Vara de Execuções Penais de Cuiabá, Geraldo Fidelis. A Fundação Nova Chance, que possibilita o acesso ao trabalho aos recuperandos, também foi procurada.

A fábrica utilizará a mão de obra dos presos para a produção das lajotas e meios-fios. Os reeducandos do regime semiaberto serão treinados e recrutados para a pavimentação, conforme esclareceu Waldir Caldas. Estima-se que entre 10 e 20 recuperandos presos participarão do projeto, assim como outros tantos do semiaberto.

“A OAB-MT, através de sua Comissão de Direito Carcerário, está cumprindo seu papel institucional nessa área delicada, mas decisiva para a tão necessária tranquilidade social. O trabalho afasta ou liberta os recuperandos das garras das facções criminosas. Como se vê, é um fator social relevante para a segurança pública. Ganha o recuperando, pois é qualificado profissionalmente, tem a remição de sua pena e ainda será, minimamente, remunerado pelo trabalho”, finalizou o representante da Ordem.

OAB-MT busca vagas de trabalho junto ao Executivo para imigrantes

Os cerca de 400 imigrantes abrigados hoje nas instituições de apoio de Cuiabá, dentre elas a Casa do Migrante, vivem a dificuldade de não encontrarem vagas de trabalho disponíveis para, somente assim, conseguirem retomar a vida. Pensando em contribuir com o processo, a OAB-MT procurou a prefeitura de Cuiabá na tentativa de viabilizar um percentual de postos de trabalho junto à Secretaria de Serviços Urbanos.

A reunião com o procurador-geral e secretário de Saúde do município, Luiz Antônio Possas de Carvalho, aconteceu no início de julho, quando o secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira, esclareceu a situação dos imigrantes, em sua maioria venezuelanos e haitianos. Ele lembrou sobre a Lei Municipal 241/2011, que prevê o enquadramento de pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade nos serviços prestados pela prefeitura.

“Nós já conversamos com o secretário Stopa (José Roberto, secretário de Serviços Urbanos), que sinalizou a possibilidade de enquadramento dos imigrantes, mas disse precisar da autorização da Procuradoria do município e do prefeito Emanuel Pinheiro, em virtude da adequação à lei”, comentou Flávio Ferreira.

O procurador-geral informou que ele, em sua posição, é totalmente favorável a ideia e que conversaria com o prefeito para propor a adequação.

A coordenadora da Casa do Migrante, Eliana Vitaliano, tratou da capacidade das casas de apoio em man-

ter as famílias de imigrantes. Em sua instituição, existem vagas para 100 pessoas, porém, atualmente, 118 estão no lar. “Tem uma família lá com seis crianças que eu não sei onde vou colocar, mas temos que acolher. E a tendência é aumentar”, exemplificou.

A servidora do Ministério do Trabalho e Emprego que atua na Casa do Migrante, Marilete Mulinete Girardi, cuja missão é fazer o encaminhamento dos imigrantes para os empregadores e para qualificação, falou do aumento na dificuldade em encontrar vagas na atualidade. “Já tivemos épocas melhores, mas hoje está muito difícil, passamos uma semana inteira sem receber um empregador. A Casa está enchendo muito porque eles não conseguem trabalho para poder sair. Sendo assim, tudo o que for feito, o que for possível ser feito é bem-vindo”.

Durante a reunião, Flávio Ferreira aproveitou para pedir ao procurador-geral a possível contratação de um imigrante que domine idiomas estrangeiros para atuar na Casa dos Conselhos, unidade em que se encontram as sedes dos conselhos municipais, inclusive com foco nos imigrantes, para confecção de documentos e demais providências. Essa pessoa se encarregaria de, falando o idioma necessário, auxiliar os estrangeiros que procurassem os serviços. Integran-tes da Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (Osamb) ficarão a cargo de encontrar o profissional, tema que também será debatido com o chefe do Executivo prioritariamente.

OAB-MT reúne faculdades para debater qualidade do ensino jurídico em Rondonópolis

No dia 5 de julho foi a vez de Rondonópolis receber o Seminário de Ensino Jurídico da OAB-MT. O evento que percorrerá todo o Estado teve sua primeira edição realizada na Capital, no fim de abril, e agora reuniu os representantes das instituições de ensino da região sul de Mato Grosso.

“Queremos efetivamente conhecer a qualidade do ensino jurídico por dentro. Debater com aqueles que o constroem e realizam”, explicou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos. Ele ressaltou que a Ordem precisa estar próxima das faculdades de Direito, ouvindo estudantes, professores e professoras.

Além da diretoria da OAB-MT, OAB Rondonópolis e OAB Jaciara e CAA/MT, o evento contou com o debate “Desafios, Realidade e Perspectiva do Ensino Jurídico em Rondonópolis”, com a participação dos coordenadores dos cursos de Direito da Famm/Unemat, Unic Ari Coelho, Unic Floriano e Uniaselvi, e com as palestras “Selo OAB Recomenda – Critérios”, do presidente da Comissão de Ensino Jurídico, José Patrocínio de Brito Junior; “Exame de Ordem – Desafios e Perspectivas”, do presidente da



Comissão de Estágio e Exame de Ordem, Hélio Udson de Oliveira Ramos, e “Potencialidades e Importância do Núcleo de Práticas Jurídicas no Ensino Jurídico”, pelo membro honorário vitalício da OAB-MT, Francisco Faiad.

Presidente da OAB Rondonópolis, Stalyn Paniago reforçou a importância do evento lembrando que o que se produz hoje nas faculdades é o que será

entregue à sociedade com profissionais da advocacia, magistratura, promotores, delegados, policiais, entre outros.

“Não adianta cobrarmos lá na ponta, lá no produto final, que somos nós, profissionais que lidamos com direitos sagrados dos cidadãos, se não estivermos aqui alimentando esses estudantes com ensino jurídico de qualidade. E, para efetivamente de-

monstrar às instituições que a Ordem não está aqui apenas para fiscalizar e criticar, é que realizamos fóruns como esse, para, através de uma parceria, cada qual na sua competência, construirmos juntos a qualidade do ensino jurídico. Não o ensino mercantil, mas o que tem responsabilidade social com os mato-grossenses”, finalizou Leonardo Campos.

Cojad reivindica de prefeito assento no Conselho Municipal da Juventude

Por ocasião do lançamento, no dia 10 de julho, do 1º Festival da Juventude de Cuiabá, ocorrido na prefeitura, o presidente da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT, Pedro Henrique Ferreira Marques, cobrou do prefeito Emanuel Pinheiro a inclusão da entidade no Conselho Municipal da Juventude.

“Ele, de pronto, disse que vai enviar à Câmara a emenda para a inclusão da OAB na Lei do Conselho da Juventude Municipal. Em minha fala, lembrei o compromisso assumido pela advocacia, em seu juramento, quando recebe a carteira da OAB, no que tange à defesa do aprimoramento da cultura”, declarou o advogado.

Além de Pedro Henrique Marques, também se reuniram com o prefeito o coordenador-adjunto do Projeto “OAB Vai à Escola”, a membro da Comissão de Infância e Juventude da OAB-MT, Roberta de Arruda Chica Duarte, e o presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial da Ordem, Aurélio Augusto Júnior.

O 1º Festival da Juventude de Cuiabá visa celebrar, de acordo com a gestão municipal, a criação do Conselho Municipal da Juventude, cuja realização será 9 de agosto, Dia Internacional da Juventude. No evento, será dada posse aos conselheiros da primeira gestão do Conselho.

Palestras, oficinas e apresentações culturais farão parte da programação, que acontecerá no Museu do Rio. Os temas a serem abordados pela OAB-MT no evento são, com a Comissão da Jovem Advocacia, “Primeiro Emprego” e “Crimes Cibernéticos”; com a Comissão da Infância e Juventude, “Suicídio, Bullying e Automutilação dos Jovens”, e com a Comissão de Igualdade Racial, “Políticas de Ações Afirmativas na Educação Pública”.

“Iremos tratar desses temas do universo juvenil durante a programação do festival. Foi também por este motivo que fomos no lançamento do evento, estamos no apoio”, completou o presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial, Aurélio Augusto Júnior.



OAB-MT apresenta pontos de adaptação necessários ao novo edital do transporte público

Diante do chamamento público para renovação do serviço de transporte coletivo de Cuiabá, a OAB-MT procurou a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob) para se certificar de que o novo edital atenderá às necessidades de pessoas com deficiência. O presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Rodrigo Guimarães, reuniu-se, no dia 12 de julho, com o diretor de Transportes da Semob, Nicolau Jorge Budib, para tratar do tema.

“Tivemos a impressão de que a Semob está de portas abertas à OAB, bem como está preocupada em fazer valer o que está previsto na Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, no que se trata da mobilidade urbana das pessoas com deficiência na nossa capital. As respostas foram muito céleres”, apontou o advogado.

A OAB-MT apresentou um requerimento à Semob apontando sete itens a serem observados no novo edital para garantia da mobilidade urbana no transporte coletivo: capacitação de funcionários do setor; providência de sinal sonoro nos terminais, pontos de ônibus e nos veículos; informações adaptadas ao formato da Língua Brasileira de Sinais nos terminais, pontos de ônibus e veículos; produção de bilhete de ônibus adaptados ao formato em Braille; ampliação da frota do Buscar – serviço feito de porta em porta para transporte de pessoas com absoluta falta de locomoção -; aumento da frota de ônibus adaptados, e providência de logradouros,



pontos de ônibus e terminais adaptados.

Os itens foram estabelecidos depois da realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Cuiabá, com a participação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Cone-de), no final de maio. O edital para contratação do novo serviço público de transporte municipal está suspenso para análise do Tribunal de Contas do Estado.

“Dos sete itens apresentados pela OAB, alguns já estão contemplados no edital e outros, ele disse que ainda serão analisados pela possibilidade de incorporá-los. Já implementados no edital estão o aumento da frota de ônibus adaptado. Agora, na

Capital, a frota será 100% de ônibus adaptados. A questão da frota do “Buscar” e da climatização dessa frota, que também será de 100%, disse que o aumento será gradativo, de acordo com a demanda, possibilidade advinda com o novo edital”, relatou o presidente da Comissão da OAB-MT.

Sobre os sinais sonoros nos ônibus, o diretor de Transporte verificaria a possibilidade de incluir no edital. Quanto aos bilhetes de ônibus adaptados em Braille, cuja possibilidade também seria averiguada para ser contemplada do editar, o servidor informou que, se não fosse possível, seria feito pela própria Secretaria junto à Associação Mato-grossense dos Transportadores Urbanos (MTU). “Foi a

primeira vez que chegou essa ideia até a Semob e eles estão dispostos sim. É uma coisa muito simples de se fazer e que pode trazer um efeito gigantesco na questão de acessibilidade”, celebrou Rodrigo Guimarães.

Quanto à capacitação dos funcionários, Nicolau Budib informou que já vem sendo feita. “Farei um levantamento melhor com o Cone-de para saber quais são as dificuldades que as pessoas com deficiência apontam para passar mais detalhadamente à Semob para que, nas capacitações, foquem nesse atendimento”, acrescentou o presidente.

O diretor da Semob informou que, com o novo edital, a construção dos logradouros públicos, pontos de ônibus e terminais estarão a cargo da administração municipal. Sendo assim, os sinais sonoros terão a viabilidade avaliada, por conta da exposição dos equipamentos a furtos. “Mas a questão das informações adaptadas, ele disse que já estão buscando alternativas para essa frente. As adaptações dos logradouros, dos pontos e dos terminais também serão de responsabilidade da prefeitura”, apontou o advogado.

Para finalizar, o presidente colocou a OAB-MT à disposição das demandas sociais. “É importante frisar que a OAB está de portas abertas às demandas da sociedade civil, que são analisadas pelas comissões temáticas e deliberadas pela diretoria, com o intuito de apresentar as melhores soluções para as questões apresentadas dando uma resposta imediata à população”.

Nota técnica esclarece legalidade de decreto que regulamenta uso do nome social

Diante da falta de instrumentos legais para derrubar decreto do Executivo Municipal, a Câmara de Cuiabá apresentou projeto de resolução para tornar sem efeito a normativa que regulamenta o uso do nome social na administração pública da Capital.

A proposta assinada por 17 parlamentares foi motivada pela visita de líderes religiosos ao Legislativo, em 4 de julho. Contudo, o Decreto Municipal nº 7.185/2019 cumpre os requisitos constitucionais de competência e legalidade, conforme aponta estudo realizado pelas comissões de Estudos Constitucionais e da Diversidade Sexual da OAB-MT.

Diante da situação, a OAB-MT encaminhou à Câmara Municipal uma nota técnica de esclarecimento sobre a legalidade da norma.

Considerando o dever do Poder Público de garantir o pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais; a necessidade de

proteção das minorias tantas vezes reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a legalidade e constitucionalidade do decreto, a OAB-MT solicita ao Legislativo cuiabano que mantenha o seu vigor.

O Decreto Municipal nº 7.185/2019 regulamenta questões internas de funcionamento da administração pública sem qualquer oneração orçamentária ou financeira, atendendo o que determina a Constituição Federal.

Além disso, a norma assegura aos servidores públicos municipais o exercício do direito à personalidade, isonomia no tratamento funcional e proteção contra qualquer espécie de discriminação, seguindo o que já acontece no âmbito federal, por meio de diversas normas em vigor.

Servidores da administração pública federal, em todo o país, por exemplo, têm o uso do nome social assegurado desde 2016 pelo

Decreto 8.727, que estabelece que registros dos sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários e prontuários contenham o campo “nome social”.

Assim, a aprovação de projeto de resolução com o intuito de revogar, por via transversal, o decreto municipal, pode representar violação constitucional aos direitos sociais e individuais garantidos a todos os cidadãos brasileiros. Mais que isso, pode excluir os servidores cuiabanos da proteção garantida em território nacional.

“Todo o ordenamento jurídico brasileiro vem se consolidando no sentido de atender o que prevê a própria constituição para a proteção da cidadania e dignidade da pessoa humana”, explicou o presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB-MT, Nelson Freitas Neto.

A avaliação do decreto, no entanto, sugere

uma leitura constitucionalizada do seu artigo 9º, que trata de possíveis sanções, no intuito de limitá-las apenas ao descumprimento das normas por parte de servidores municipais, sem prejuízo do teor da norma.

Dessa forma, uma maneira salutar do Poder Legislativo contribuir com o ordenamento jurídico municipal, conforme sugere a nota técnica, seria a revogação dos efeitos apenas do artigo 9º do decreto.

“Constitucionalidade, legalidade e segurança jurídica são preceitos do Estado Democrático de Direito e critérios absolutamente essenciais para pautar a atuação do Poder Legislativo, eleito legitimamente para representar a população em sua pluralidade. A Ordem, como representante da sociedade civil, preza por estes elementos e, acima de tudo, a proteção ao pleno exercício da cidadania”, destacou o presidente Leonardo Campos.

Abertas inscrições para VII Corrida da Advocacia da CAA/MT

Estão abertas as inscrições para a VII Corrida da Advocacia promovida pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) em parceria com o Ultramacho e apoio da OAB-MT. Os interessados em participar têm até o dia 16 de agosto para efetivarem suas inscrições via site www.caamt.com.br. As vagas são limitadas.

A corrida traz novidades para a edição 2019. Além dos tradicionais percursos com 5km e 10km, a prova terá a opção de 21km. Com esse novo trajeto, a CAA/MT é a primeira a realizar uma meia maratona em asfalto, em Cuiabá.

Além da nova distância, a corrida - que será dia 25 de agosto - tem um novo ponto de largada e chegada: o aeroporto da Bom Futuro (região dos condomínios Florais), no bairro Ribeirão do Lipa.

O valor da inscrição para a categoria Advogados(as)/Estagiários(as) é de R\$ 80,00 + taxa para 21km, e de R\$ 60,00 + taxa para

5Km ou 10km. Público geral paga R\$ 100,00 + taxa para se inscrever para a prova de 21km, e R\$ 80,00 para as de 5km ou 10km. Os pagamentos poderão ser feitos por boleto bancário ou cartão de crédito.

Atleta com Deficiência (ACD) - cadeirante, deficiente visual, deficiente físico andante membro inferior e andante membro superior - também poderá participar dos 5km da VII Corrida da Advocacia. Estes estão isentos do pagamento da taxa de inscrição.

Para os atletas com idades acima de 65 anos, a taxa de inscrição terá redução de 50% sobre o valor normal.



PREMIAÇÕES - Todos os atletas inscritos que concluírem a prova ganharão medalhas e os melhores colocados gerais em suas categorias terão direito a troféus e às seguintes premiações:

ADVOGADOS(AS)/ESTAGIÁRIOS(AS)

21km - 1º lugar: Vale-compra R\$ 1.000 / 2º lugar: R\$ 800 / 3º lugar: 500

10km - 1º lugar: Vale-compra R\$ 800 / 2º lugar: R\$ 600 / 3º lugar: 400
5km - 1º lugar: Vale-compra R\$ 600 / 2º lugar: R\$ 400 / 3º lugar: 300

PÚBLICO GERAL (FEM/MASC)

21km - 1º lugar: R\$ 800 / 2º lugar: R\$ 500 / 3º lugar: 300

10km - 1º lugar: R\$ 500 / 2º lugar: R\$ 300 / 3º lugar: 200

5km - 1º lugar: R\$ 300 / 2º lugar: R\$ 200 / 3º lugar: 100

ACD - Cadeirante (FEM/MASC) - 5km - R\$ 100

ACD - Visual (FEM/MASC) - 5km - R\$ 100

ACD - Andante Membro Inferior (FEM/MASC) - 5km - R\$ 100

ACD - Andante Membro Superior (FEM/MASC) - 5km - R\$ 100

A VII Corrida da Advocacia premiará ainda os melhores tempos por faixa etária tanto na categoria advogados(as)/estagiários(as) quanto público geral.

IV Corrida da Advocacia Kids será dia 24 de agosto

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) promove, em parceria com o Ultramacho, a IV Corrida da Advocacia Kids. O evento é para crianças com idades entre dois e 12 anos e será realizado dia 24 de agosto, às 16h, na Associação dos Advogados, em Cuiabá.

A inscrição é feita pela internet (www.caamt.com.br) até o dia 16/08 e tem o valor de R\$ 50,00 + taxa. Serão aceitos pagamentos via boleto bancário e cartão de crédito. As vagas são limitadas.

Todas as crianças inscritas ganharão kit contendo camiseta, número de peito e, ao término da prova, medalha de participação.

A prova terá distâncias distintas conforme as seguintes faixas etárias:

2 a 4 anos de idade - 40 metros

5 e 6 anos de idade - 100 metros

7 e 8 anos de idade - 150 metros

9 e 10 anos de idade - 200 metros

11 e 12 anos de idade - 300 metros

24/08
SÁBADO
às 16h.
AAMT

IV CORRIDA DA
ADVOCACIA
KIDS

SUPERE-SE
A CADA PASSO

ABERTO AO PÚBLICO EM GERAL
INSCREVA-SE
WWW.CAAMT.COM.BR

APOIO REALIZAÇÃO PRODUÇÃO

MATO GROSSO CAA/MT ULTRAMACHO

Profissionais da advocacia e familiares confraternizam no 4^a Arraiá da Advocacia

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) promoveu no dia 26 de julho o 4^o Arraiá da Advocacia. Diferente dos anos anteriores, a edição 2019 foi realizada em espaço fechado, climatizado e com bebidas e comidas no sistema all inclusive. Segundo a organização, compareceram ao Villa Felici Buffet 200 profissionais da advocacia e seus familiares.

“Quando em 2016, primeiro ano de nossa gestão, resgatamos a tradição da festa junina, não imaginávamos que seria esse sucesso, ano após ano. Para nós é uma grande satisfação receber nossos colegas de profissão para esse momento de confraternização. Maior satisfação ainda é ver as famílias aqui presentes. Essa é a festa da família da Caixa de Assistência recebendo a família da advocacia. Momento ímpar”, declarou o presi-

dente da CAA/MT, Itallo Leite.

A vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artamn Guerra, destacou a importância da presença de advogados e advogadas do interior do estado como Cáceres, Rondonópolis e Sorriso. “Nossa missão, não apenas com o Arraiá da Advocacia, mas com todos os nossos projetos e ações, é abraçar a advocacia do interior de Mato Grosso também. E recebermos aqui colegas de profissão e suas famílias é prova que estamos no caminho certo”.

Também participaram os diretores da CAA/MT Clarissa Lopes Dias Maluf (secretária-geral), Leonardo Vergani (tesoureiro), Mara Barros Samaniego, Jamille Alves Adamczyk, Martha Caovilla da Costa e Roseni Farinacio, além de conselheiros federais e estaduais da OAB Mato Grosso e Delegados

da Caixa de Assistência de Cáceres e Rondonópolis, Renata Faria e Alex Onassis, respectivamente.

Representando a diretoria da Seccional, prestigiou o 4^o Arraiá da Advocacia a vice-presidente, Gisela Cardoso. “A Caixa de Assistência está de parabéns por realizar um evento que nos mostra que a ideia de união não se faz só nas lutas diárias dos fóruns, mas em momentos de lazer com a família”.

O 4^o Arraiá da Advocacia contou com a participação da dupla sertaneja Sander & Felipe que cantou sucessos atuais e clássicos sertanejos. Outra atração, gratuita, que agradou muito foi o Espaço Kids. Além dos brinquedos infláveis e barraca da pescaria, os monitores não deixaram as crianças paradas com brincadeiras muito interativas.

A noite foi encerrada com a já tradicional quadrilha junina formada, na hora, pelos advogados, advogadas e seus familiares.

Aconteceu



De 15 a 19 de julho, na Associação dos Advogados (Cuiabá), a 13^a Colônia de Férias da CAA/MT. O evento contou com a participação de filhos e dependentes de advogados(as) e estagiários(as) inscritos(as) na OAB-MT. As crianças participaram, em período integral, de inúmeras atividades ao livre como o CrossKids.



Em razão dos casos de morte por H1N1 em Rondonópolis, a CAA/MT realizou mais uma etapa de vacinação contra o vírus da gripe no município. Foram aplicadas 135 doses. Puderam se imunizar, no dia 25 de julho, profissionais da advocacia adimplentes com a OAB e até dois dependentes ao custo de R\$ 50 reais cada.

advocacia adimplentes com a OAB e até dois dependentes ao custo de R\$ 50 reais cada.



Mais de 60 atletas aceitaram o convite e participaram do treino de reconhecimento dos novos percursos da VII Corrida da Advocacia. O evento, gratuito, foi realizado no dia 28 de julho, na Bom Futuro (Cuiabá). Os corredores conheceram de perto os trajetos de 5km, 10km e da meia maratona (21km)

CAA/MT firma parcerias em Cuiabá, Jaciara e Cáceres

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) firmou parcerias em Cuiabá, Jaciara e Cáceres. Os convênios ofertam descontos que chegam a 30%. Para ser beneficiado, o profissional da advocacia (advogado/estagiários) deve apresentar a carteira da OAB-MT.

As informações completas dos convênios estão disponíveis para consulta no site www.caamt.com.br e no aplicativo OAB CAA Mato Grosso.

Conheça os novos parceiros da advocacia mato-grossense:

CÁCERES

Boutique Puro Luxo by Mauryn - 20% de desconto
Casa Marquesa Presente de Decoração - Até 20% de desconto

Osteon Fisioterapia e Pilates - 20% de desconto
Sobrancelha Design (designer de sobrancelha e epilação facial) - 20% de desconto

Toda Chick Boutique - Até 20% de desconto
Vivere Buffet - Até 20% de desconto

CUIABÁ

Urus Steakhouse - 10% de desconto (açougue e restaurante - exceto bebidas)

JACIARA

Aconchego Perfumes e Cosméticos - 15% de desconto

Di Cacau Chocolateria - 15% de desconto nos presentes criativos

PM Engenharia - Até 30% de desconto
Provet - Até 15% de desconto

ESA-MT Oferece

- CURSO:** OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MUNDO JURÍDICO: EXTINÇÃO DA ADVOCACIA OU OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO?
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 20/09/2019 até 20/09/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 19/09/2019

 - CURSO:** JUSTIÇA RESTAURATIVA, TEORIA E PRÁTICA
É NECESSÁRIO 100% DE PARTICIPAÇÃO PARA O RECEBIMENTO DO CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 16/09/2019 até 18/09/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 40 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 13/09/2019

 - CURSO:** CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: TEORIA E PRÁTICA
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 13/09/2019 até 14/09/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 12/09/2019

 - CURSO:** INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E LIDERANÇA PARA ADVOGADOS
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 09/09/2019 até 09/09/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 40 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 06/09/2019

 - CURSO:** A DEFESA NOS CRIMES DE LEI MARIA DA PENHA
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 06/09/2019 até 06/09/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 05/09/2019

 - CURSO:** PETICIONAMENTO E AUDIÊNCIA TRABALHISTA ATUALIZADO PELA REFORMA TRABALHISTA
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 30/08/2019 até 31/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 29/08/2019

 - CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO SOCIETÁRIO: PREVENTIVO E LITIGIOSO**
Município de Realização: CUIABÁ
- Período do Curso:** 23/08/2019 até 24/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 40 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 22/08/2019

 - CURSO:** BENEFÍCIOS RURAIS
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 22/08/2019 até 23/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 40 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 21/08/2019

 - CURSO:** (RE)PENSANDO O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 22/08/2019 até 23/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 21/08/2019

 - CURSO:** REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 E EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 15/08/2019 até 15/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 14/08/2019

 - CURSO:** INTELIGÊNCIA FINANCEIRA PARA ADVOGADOS
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 13/08/2019 até 13/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 40 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 12/08/2019

 - CURSO:** NOÇÕES E IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 10/08/2019 até 10/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 09/08/2019

 - CURSO:** MP DA LIBERDADE ECONÔMICA (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881 DE 2019) - TELEPRESENCIAL
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 07/08/2019 até 07/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 30 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 06/08/2019

ESA-MT e Uninter firmam parceria para levar capacitação a todo Estado

Cumprindo uma das metas debatidas no Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT para ampliação do acesso à capacitação profissional, a ESA-MT e o Centro Universitário Internacional (Uninter) firmaram parceria no dia 11 de julho.

Operando na modalidade de Ensino à Distância (EAD), a Uninter foi recredenciada com a nota máxima do Ministério da Educação (MEC) e conta com 20 polos em Mato Grosso, mas os cursos podem ser feitos em qualquer localidade do Estado.

De acordo com o diretor-presidente da ESA-MT, Bruno Cintra, por meio da parceria, serão atendidos profissionais da advocacia, operadores do Direito e estudantes de todas as subseções da OAB-MT e, também, aqueles que viajam a trabalho e precisam de horários mais flexíveis para estudar.

Na área do Direito, já estão disponíveis 10 cursos de pós-graduação. Pelo acordo firmado com a Uninter, a advocacia regular terá desconto de 10% para o pagamento da mensalidade até a data do vencimento. O benefício também é extensivo aos dependentes do advogado ou advogada para cursos de graduação e pós-graduação em qualquer área.

Gestor do polo Uninter em Cuiabá, Renato Santtana, lembrou que o Sistema OAB sempre procura instituições de credibilidade para a realização de parcerias e é com esse critério que a Uninter oferecerá os cursos para profissionais de todo o Estado.

Nos cursos de pós-graduação EAD Uninter, cada módulo tem duração de 45 dias e, após a conclusão, o prazo é de 15 dias para a realização da prova em um dos polos.

SAIBA MAIS SOBRE OS CURSOS EM WWW.UNINTER.COM



Informe OAB

Diretores da Águas Cuiabá apresentam balanço dos serviços prestados

Representantes da Águas Cuiabá, concessionária dos serviços de água e esgoto da Capital, apresentaram, em 9 de julho, detalhes dos investimentos feitos na cidade desde quando assumiram os serviços. O encontro foi realizado na sede da OAB-MT e contou com a participação de integrantes de diversas comissões da entidade. Para o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a iniciativa da concessionária em apresentar o seu trabalho à entidade demonstra claramente a importância da Ordem como parte da sociedade civil organizada, uma caixa de ressonância dos anseios da população. “Este é um tema que impacta e muito a atuação de diversas comissões da Ordem, que possuem muitas demandas relacionadas a ele”. Ao falar dos mais de R\$ 228 milhões investidos em obras e melhorias do sistema, o diretor-presidente da Águas Cuiabá, Luiz Fernando Fabriani, detalhou o panorama atual do saneamento básico do país. Com as intervenções feitas nos últimos dois anos, quando a concessionária começou a operar o sistema, Cuiabá terminará o ano tratando 61% do esgoto. “Em 2024, continuando com os investimentos além do que já fizemos, vamos atingir 91% da população com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. A cidade será uma das mais saneadas do país”.



OAB VG realiza circuito de palestras com proposta de instruir profissionais

Entre os dias 18 e 19 de julho, a Subseção de Várzea Grande da OAB-MT foi o cenário do Circuito de Palestras sobre Direito Trabalhista, voltado ao público da advocacia, além de estagiários, acadêmicos de Direito e demais interessados. O evento teve o propósito de disseminar o Direito Do Trabalho para instruir profissionais da área sobre sua aplicação. A Comissão de Direito do Trabalho da OAB Várzea Grande realizou o encontro. As palestras ocorreram à noite, com carga horária total de 6 horas, na sede da subseção, nos dois dias. No dia 18, os temas “Acidente de Tra-

balho”, com o juiz do Trabalho titular no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-MT), André Molina, e “Direitos Trabalhistas do Servidor Público”, com o procurador da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Carlos Antônio Dornellas Filho, tomaram corpo. Na noite seguinte, as temáticas foram “A Efetividade da Execução Provisória e a Investigação Patrimonial do Devedor”, com a advogada doutora Karla Patrícia, e “Negociação Coletiva Pós Reforma e Novidades sobre Honorários Advocatícios”, com a juíza federal do TRT-MT Graziela Lima.

OAB-MT visita obras do parlatório da “Mata Grande”

A diretoria da OAB-MT, da CAA/MT e os conselheiros seccionais Bruno de Castro e Luis Felipe Oliveira visitaram, no começo de julho, as obras do parlatório da Penitenciária Major Eldo Correa de Sá “Mata Grande”, em Rondonópolis. Iniciadas em maio do ano passado por iniciativa da OAB Rondonópolis em parceria com a Unic e a unidade penitenciária, as obras estavam paralisadas e foram retomadas no mês passado. O espaço receberá o nome de “Parlatório Nelson Pereira Lopes” em homenagem ao advogado criminalista falecido em março de 2017, após três décadas de atuação na região.

Reunião na PCE dá início ao trabalho de regulamentação da cantina

O trabalho de regulamentação das cantinas instaladas nas unidades prisionais de Mato Grosso, que estarão a cargo do Conselho da Comunidade, como estabelecido no Decreto Estadual 103/2019, deu mais um passo no início de julho. Dessa vez os envolvidos na adequação tiveram uma reunião na Penitenciária Central do Estado (PCE), a maior de Mato Grosso, para entender o funcionamento do serviço prestado até o momento. A OAB-MT, cuja representatividade no Conselho da Comunidade faz-se pelo secretário-geral, Flávio Ferreira, integrou a reunião. “Estamos na fase de entendimento sobre como funcionam as cantinas hoje dentro das unidades. A partir daí, começaremos a conversar com a associação dos agentes prisionais que cuida das cantinas atualmente. Pedimos a eles que nos entreguem a documentação contábil para analisarmos e darmos os encaminhamentos necessários”, explicou o advogado.

Comissão de Estudos Permanentes sobre Compliance da OAB integra abertura de simpósio em MT

No dia 2 de julho iniciou o Symposium Gestão de Integridade e Compliance, promovido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), idealizado com o propósito de qualificar profissionais na difusão da cultura comportamental de integridade. A abertura do evento, que acontece no Auditório da Pós-graduação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da instituição, contará com a participação do presidente da Comissão de Estudos Permanentes sobre Compliance da OAB-MT, Marcos Aurélio Marrafon. A abertura teve a palestra inicial do secretário controlador-geral do Estado de Mato Grosso, Emerson Hideki Hayashida. Na sequência aconteceu o painel “Gestão de Integridade no Setor Público”, mediado pelo representante da OAB-MT. Fizeram parte do painel como palestrantes o controlador-geral do Estado do Paraná, Raul Clei Cocco Siqueira, o membro da Controladoria Geral da União em Mato Grosso, Daniel Motta e, o vice-governador de Mato Grosso, Otaviano Olavo Pivetta.

Em Destaque



Na semana em que a OAB-MT completou 86 anos, a advogada Jéssica Gomes Varela recebeu a carteira 27000. Ela iniciou sua trajetória na Ordem em 2016, quando ingressou como estagiária, tornou-se colaboradora e, agora, integra os quadros da advocacia mato-grossense



Na abertura do III Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente das Seccionais da OAB, em Cuiabá, foi assinado o aditivo do Termo de Cooperação Técnica para a campanha "Destine parte do seu imposto de renda ao Fundo da Infância do seu município e/ou Estadual" pelos parceiros, dentre eles a Associação das Primeiras Damas do Estado de Mato Grosso e a OAB-MT



Integrantes da rede de proteção da infância e juventude, policiais militares da Grande Cuiabá foram presença massiva nos dois dias do Congresso dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado pela OAB-MT. No fim, um clique com realizadores e participantes nacionais do encontro



O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, recebeu a comenda da ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho pelo Pleno do TRT-MT e foi prestigiado pelos membros da Comissão de Direito do Trabalho, a presidente Roberta Borges e o vice-presidente Cláudio Guedes, além do secretário-geral do TDP, Gilberto Sheir



A sessão extraordinária do Conselho Pleno da OAB-MT realizada em julho contou com a participação do procurador-geral e secretário de Saúde de Cuiabá, Antônio Possas de Carvalhos, que falou sobre os desafios e investimentos realizados pela Pasta nos últimos meses

